

POLÍTICA ECONÔMICA

Reunião ministerial discutirá plano de ação

Ministério foi convocado para o dia 24 e deverá definir medidas de estabilização da economia, sem choques ou congelamento

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco convocou uma reunião ministerial para o dia 24, para discutir um programa de ação governamental. A reunião será aberta à imprensa, pois Itamar está preocupado com as especulações constantes sobre pacotes econômicos. O presidente avisou que não haverá congelamento de preços ou outras "medidas heróicas". De acordo com o porta-voz da Presidência, Francisco Baker, a reunião vai servir para que o governo faça análises setoriais.

Segundo fontes do governo, devem ser discutidas na reunião medidas de combate à inflação e de estabilização da economia, que já estão definidas pela equipe econômica, que só não consegue finalizar o programa porque ainda não foi possível fazer um detalhamento sobre o orçamento aprovado pelo Congresso.

O presidente solicitou aos ministros que não se afastem do País, obrigando o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, a

rever sua participação na reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), programada para o final deste mês, em Washington. Ele poderá ser substituído pelo presidente do Banco Central, Paulo César Ximenes.

O presidente assumirá publicamente o compromisso de zerar o déficit público. Os ministros serão obrigados a conter suas despesas, com exceção dos ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Regional e Bem Estar Social, que serão poupados, porque a prioridade será para os programas sociais e obras de infraestrutura básica. O ministro da Fazenda vai monitorar diariamente a saída de recursos do caixa do Tesouro.

O objetivo do programa econômico que o governo pretende apresentar aos empresários e ao mercado financeiro é equilibrar o caixa do Tesouro, a partir de um esforço para aumentar a arrecadação com um programa de combate à sonegação. A outra vertente do programa é resgatar parte dos títulos públicos. No ano pas-

sado, o país fechou suas contas com um déficit público de cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

A equipe econômica defende a execução de uma política monetária rigorosa nos próximos meses. Os juros, portanto, continuarão elevados. As propostas são de buscar com o mercado financeiro condições para dilatar os prazos das aplicações, colocando um ponto final na correção diária das aplicações. "A conjugação das políticas fiscal e monetária definirá um combate à inflação ao modelo ortodoxo", comenta um assessor do Palácio do Planalto.

Para reduzir a inflação, Eliseu Resende quer conversar com empresários, como forma de conter a ação dos oligopólios. Uma discussão que será desencadeada a partir das Câmaras Setoriais. O combate à inflação contemplará, se necessário, uma antecipação do cronograma de redução das tarifas alfandegárias para determinados produtos. O único ponto pendente é a indefinição em torno do orçamento.